

## CONTEXTUALIZANDO A NAÇÃO: ENTRAVES DE UMA REFORMA SOCIAL

Wylliane Estelaide Paixão de Santana  
Graduanda em História na Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP/  
UFU, Bolsista PET (RE) Conectando Saberes, Fazeres e Práticas: Rumo à Cidadania  
e-mail: wyllianepetg@gmail.com

Cairo Mohamad Ibrahim Katrib  
Docente do curso de História na Faculdade de Ciências Integradas do Pontal – FACIP/  
UFU, Tutor Pet Mec/Sesu/Secadi – Pet (Re) conectando Saberes, fazeres e Práticas:  
Rumo a cidadania Consciente, Vice coordenador do Laboratório de Cultura Popular e  
vídeo documentário-DOCPOP/UFU.  
e-mail: cairo@pontal.ufu.br

**Resumo:** O presente texto é fruto das inquietações surgidas durante as aulas de História do Brasil e das discussões realizadas no grupo de Educação tutorial – Pet (RE) conectando saberes, fazeres e práticas rumo a cidadania consciente-MEC/Sesu/Secadi voltadas para a questão de compreender os condicionantes históricos em torno da construção da identidade nacional brasileira silenciando o papel e atuação dos negros e afrodescendentes desse processo, como se a ideia de nação necessária fosse aquela do branqueamento e não da multiplicidade étnica e cultural. Como possibilidade para implementação da Lei 10639/03 e ampliação do diálogo da história do negro e do afrodescendente no Brasil. Na tentativa de compreender os aspectos políticos e culturais que influenciaram e contextualizaram a Abolição da escravidão no Brasil, bem como suas consequências que, devido ao emaranhado de ações que possibilitaram a abolição sem um mínimo de planejamento para a vida do liberto, o condicionou a uma posição marginalizada na sociedade que perdura até os dias atuais. A discussão visa pensar o histórico em que o negro está inserido desde a abolição e sua relação com outros imigrantes, assim como o português, que também foi eleito como “raça inferior da nação” em detrimento dos espanhóis e holandeses. Em contrapartida a isso, está a posição totalmente marginalizada a que o negro foi condicionado pós-abolição, que, sem políticas públicas que favorecessem a sua reestruturação como cidadão livre na sociedade, foi impulsionado a viver, em locais que eram considerados como “inimigos” da saúde pública, que eram, os temidos cortiços, que recebiam sempre políticas e ordens para sua total extinção, como parte da reurbanização dos espaços da cidade, e, “principalmente” para o controle de doenças que seriam provenientes de tais lugares, por conta de sua falta de higiene planejamento. Cada vez mais, nesse período pós abolição o negro era considerado como o inimigo da nação e dos projetos de unificação do brasileiro, sendo sua mão de obra substituída pela de europeus, o negro foi tido como preguiçoso e detentor de toda sorte de vícios, muitas eram as ações para conter o “negro malandro”, mas nenhuma para sua inserção na sociedade, com direitos plenos de cidadão livre, pelo contrário, cada vez mais sua imagem era deturpada e inviável para a formação de uma nacionalidade única.

**Palavras – chave:** Abolição, Brasil, negro, nacionalidade.

## **Introdução**

Pensar na formação do Brasil Império e na constituição social de uma nação implica imediatamente em uma análise da situação política na qual o Estado se encontrava, e mais importante que isso, o medo, a ânsia de mudar o destino da nação, as pretensões de homogeneização, o porvir que todo esse jogo de relações implicava e que se davam forçosa e articuladamente em conjunto com os interesses de uma minoria dominante e agrária.

Bem se sabe que na segunda metade do século XIX, decorrente das pressões externas inglesas, que (na Inglaterra) além de instituir a República, abolir a escravidão, o tráfico negreiro e influenciar fortemente nos projetos de derrubada do Império de Portugal no Brasil e da industrialização, instauraram-se em todas as esferas do pensamento elitista e popular o medo geral que essas ondas libertárias poderiam causar.

Em primeiro plano, está uma elite, essencialmente agrária e que depende fortemente da mão-de-obra escrava, receosa de um lado, do que pode suscitar essas ondas revolucionárias no Império, e por outro lado, como controlar os anseios cada vez maiores dos escravos, frente a tantas revoltas, ânsias de libertação e possibilidade de fim da escravidão.

Em segundo plano, as tão temidas pelos defensores do Império e desejadas pelos Partidos Liberais, revoluções burguesas, que viam, no fim da escravidão, a possibilidade de mão-de-obra livre e assalariada que em muito contribuiria para esse projeto de introdução de uma nova economia no Brasil que muito beneficiaria os ingleses tendo em vista que por lá essa questão já não era mais mera pretensão e sim realidade, o sistema de produção em série capitalista, a revolução burguesa surgindo e tentando novas formas de produção para a vida econômica e social do país através industrialização.

Embora esse recorte temporal, seja essencialmente marcado por rupturas e tentativas de se forjar um novo que seja ideal a exemplo de modelos padronizados europeus, há vários pontos de fuga a serem questionados quanto a essa tentativa de se manter o *status quo*. Sendo que, concomitante a isso, defender os interesses comerciais que supostamente seriam do Brasil, porém, evidentemente, atendiam aos interesses da coroa portuguesa, em detrimento da colônia, suscitando assim, uma grande insatisfação

por parte dos brasileiros colonos nos remanejamentos de ordem político-social a serem revolidos em terras brasileiras.

O primeiro deles implica no medo, incerteza e rejeição do negro como parte de qualquer sistema que venha a se constituir no Brasil, com a Abolição sendo uma constante preocupação, tem-se o receio implícito de revoltas que acarretariam grandes prejuízos aos senhores de escravos, senão a própria morte.

A insegurança sondava, as vezes silenciosa, pra não se deixar ecoar, as vezes em entonação de canções por parte dos negros pelas ruas. À exemplos também ameaçadores de revoltas de escravos contra seus donos, tão ferozes e sanguinárias, que se colocavam paulatinamente como um motivo de temor nas entrelinhas das relações senhoriais, como a Revolta de São Domingos (Genovese 1982, Apud AZEVEDO, pp.35; 1987) e tantas outras.

Esses fatores só faziam aumentar a necessidade de, junto com a abolição da escravatura, se definir os destinos e características do povo brasileiro, de unificar a nação tanto na questão cultural como física. Era preciso, para a elite política, pensar os rumos da nação brasileira, já dissociada de Portugal, porém ainda sob forma de governo Imperial e conservadora, o que para muitos era um dos motivos da terra nova estar tão retrógrada.

Ora, se mesmo depois de proclamada a República, vivia o país calcado numa situação agrária intensa, cujo principal braço servidor era o decorrente do tráfico negreiro, já está aí também um dos fortes motivos para não ser uma nação superior evoluída.

### **A Abolição e suas implicações**

Para a raça brásilica, colonos no Brasil, há uma necessidade de tamanha importância para o destino da nação, é ela, possibilitar, uma raça ariana, forte que compusesse seu povo, nos moldes europeus, sem vícios, com inteligência superior, moral e capacidade para o trabalho.

Porém, a questão não é tão simples assim (se é que de alguma maneira isso possa ser simplificado!) já a descendência luso desfavorecia o progresso social e moral do Brasil, já que o país estava, em todo seu sistema interno passando por crise, decorrente da guerra e invasão da França ao território português e conseqüentemente endividamento com a Inglaterra (a maior potência do momento) devido à vinda da

família real para o Brasil. Havia também, os conflitos antilusitanos, que se somavam ao preconceito étnico, nas necessidades mais políticas do que sociais de uma afirmação de unidade.

Surge nesse momento a grande quantidade de proposta para o governo dos reformistas e emancipacionistas para homogeneizar o Brasil, claro, dentre elas, o fim da escravidão a longo prazo pelos emancipacionistas diferente dos abolicionistas, porém a grande questão era de como manter a ordem social e instituir os negros e libertos ao trabalho.

Na prática o que ocorria era uma tentativa de se unificar a nação e para tanto, os negros eram empecilhos, já que eram descendentes de toda sorte de vícios, imoralidade, preguiça e maus costumes, na visão dessas propostas reformadoras da sociedade.

O que pretendiam era de uma forma pacífica sem esperar por alardes ou deixar que acontecesse revoltas, induzir os negros a libertação, porém com estrito controle sobre suas vidas, ou seja, é a instituição de uma pseudo-liberdade, que acarretaria de qualquer forma em manter a ordem social tal qual estava, nas mãos de uma pequena elite branca, sem contar também o fato de que a ascensão social e moral dos africanos e seus descendentes, só seria possível com a miscigenação com a raça branca.

Faz-se muito complexo pensar os moldes da abolição, se não há uma causa favorável ao negro para que tal processo ocorra, muito pelo contrário, para a sociedade de início do século XIX, os negros apenas ocupavam uma posição natural a sua característica intelectualmente inferior e também tantas outras vezes denominadas como sendo mesmo, para além de questões de preconceito racial, uma característica genética.

Já por volta de 1880, surgem as propostas Abolicionistas, que tendiam evitar um mal maior, caso a libertação dos negros ocorresse fora das rédeas do parlamento, estes sim, pediam a libertação a curto prazo, porém, defendiam em primeiro plano o direito do grande proprietário.

Os projetos abolicionistas tinham a tese de que não havia preconceito racial no Brasil, e tal fator possibilitaria uma convivência harmônica entre brancos e negros já que [...] se não havia ódio entre raças no país, isto não significava a inexistência de conflitos de classe entre senhores e escravos (AZEVEDO, pp.90, 1987).

Ou seja, eram atribuídas pelos abolicionistas, as revoltas e lutas entre os senhores e os escravos, o âmbito de conflito entre classes devido ao fato de os segundo ocuparem uma posição de oprimidos numa escala social, mas segundo Ruy Barbosa “A

escravidão por felicidade nossa, não azedou nunca a alma do escravo contra o senhor”. (1884, apud AZEVEDO; pp. 91, 1987), caracterizando assim, o negro escravizado de passivo perante a situação à ele imposta. Essa visão de Barbosa supracitada vem contrapor o medo das elites perante a iminente possibilidade de revoltas dos negros contra seus senhores.

A preocupação de quem deva se constituir a nação brasileira vai além do preconceito com o africano, por que como já citado anteriormente, o país carregava também o peso de uma colonização portuguesa, sendo estes incapazes também. A construção da identidade brasileira, para os políticos da época deveria ser estritamente de forma homogênea, e de trabalho para os negros libertos e os pobres, sendo que só assim seria possível alcançar a tão almejada nacionalidade da raça forte.

Outro ponto importante que permeia todas as discussões acerca do abolicionismo é a questão da distribuição de terras brasileiras, concentradas em poucas mãos, que detinham o monopólio da produção agrária. Convém analisarmos que, se a solução para os males do Brasil era condizente com a labuta de todos os seus habitantes, então teriam esses que na mesma proporção em que se instaurasse a liberdade de raças, trabalhassem e cultivassem o amor à lida diária, para então constituir-se firme os projetos de construção de uma identidade nacional.

Muitos abolicionistas e também emancipacionistas, diante desse embate, de combater a “natureza libertina e preguiçosa” do negro, propunham aos políticos, a divisão de terras entre os forros, estrangeiros e nacionais pobres. Essa questão parece à primeira vista um ato de prudência, porém, pode ser equiparada ao trabalho da gleba, já que os foreiros pagariam taxas às concedentes da terra, e não a deteria como donos absolutos, outra peculiaridade, é que somente deveriam ser divididas as terras pouco férteis, é claro, para possibilitar o menor prejuízo possível aos grandes fazendeiros em detrimento da população pobre.

Porém, mesmo com todo esse embate acerca da divisão de terras o mais importante aí, é que, há que se começar a pensar, numa pobreza que é fruto da má distribuição de riquezas e terras no Brasil. E numa nação, que seria supostamente o paraíso racial, se fosse um local onde a desigualdade de classes não estivesse posta entre os povos de maneira tão latente.

As teorias supracitadas acerca do futuro dos negros, pobres e colonos estrangeiros no Brasil pretendiam de certa maneira, resolver toda a situação desses

trabalhadores nacionais, de modo que proporcionasse uma unidade harmônica que, gradativamente, fosse se aperfeiçoando, melhorando também, as condições de vida no Brasil e consequentemente de produção econômica.

Porém, não é o que podemos observar que ocorria, se nos defrontarmos com dados sólidos, onde a população livre e pobre era visivelmente maior que a elite nacional, de acordo com Reis, onde no censo de 1872, o contingente livre aparece com 87,8%, e 60,2% eram negros e mulatos. (p.34, séc. XIX apud FRAGA Fo., pp. 23, 1995).

Percebe-se claramente aí, que o “problema” do negro livre e do pobre, já é então incontornável, no sentido de que, não dá simplesmente para extinguir da sociedade uma raça distinta, e que nos moldes que se coloca tal situação, já não dá para ser ignorada a presença do negro como sendo o outro marginalizado pura e simples, há que se rever políticas públicas a fim de sanar com os males que afligiam a sociedade, sendo que eram estes os tais males: os mendigos, os vadios, ladrões.

Essa parcela da população ainda tinha que concorrer ao trabalho com os escravos de senhores que alugavam sua mão de obra, o que quase sempre gerava, uma inércia de trabalho para os livres e pobres no Império. É interessante notar, que nos textos de Azevedo (1987), é constante justificativa para vinda dos imigrantes estrangeiros para o Brasil, a falta de mão-de-obra, o que é posto em cheque, se analisarmos a quantidade de pessoas livres, que por não querer se sujeitar as mesmas condições de trabalho do escravos, ou mesmo pela falta de oferta e preconceito, vagavam pelas ruas das grandes províncias condenados a morrerem de fome, ou de outras moléstias quaisquer na porta de igrejas, abrigos ou santas casas. Quando não eram presos, por vagabundagem ou pequenos vícios e furtos.

Para essa política segregadora, observamos a forte contribuição da Lei do Sexagenário (1885), decretada três anos antes da abolição no Brasil, e que de forma inteiramente desumana, despejava seus velhos e incapazes nas ruas, sendo o único destino dos mesmos uma vida errante, sem perspectiva de trabalho por conta de sua avançada idade (isto é, quando alcançavam a longevidade, devido às péssimas condições de trabalho), e se tornando então, a parte mendiga da população, os vadios e preguiçosos.

Sendo que sobre esse fato, da minguada política em respaldo aos pobres e trabalhadores, ainda se somava a questão da vergonha, de estar em tão decadente situação, Segundo Fraga Fo.,

[...] Os pobres que aí habitavam suportavam uma miséria pouco visível para os que trafegavam pelas ruas centrais da cidade. Sob o peso do constrangimento causado pela pobreza, as pessoas que habitavam as lojas costumavam ser bastante discretas, [...]. (FRAGA Fo., pp. 26, 1995)

Quando não era preciso morar em grandes alojados de pessoas, que mais se assemelhavam a depósitos humanos, geralmente periféricos, acentuavam ainda mais esse constrangimento das pessoas por morarem em habitações tão precárias, com um agravante, eram constantemente ameaçadas de demolição, quando não, efetuadas essas ordens, devido à “ameaça a saúde pública” que representavam tais moradias.

É claro, que tal análise, a respeito da situação pós (e até mesmo concomitante) à abolição, não pode vir a ser anacrônica, mesmo por que, essas condições de divisão e subdivisão da sociedade estavam enraizadas no seu interior, como um vício da qual, a organização do trabalho durante o império não podia prescindir, porém é interessante lembrar, garantir o mínimo de subsistência a população, também nunca foi o foco principal, mesmo com as frentes organizadas de trabalho, é de fácil constatação ainda a irrisória melhora da população.

É interessante retomar as perspectivas, decorrentes, dentre tantos outros fatores, da vontade de formação de uma nacionalidade, do embate antilusitano, mesmo que esse termo (nacionalidade) ainda não seja, em meados do séc. XIX, totalmente apreendido.

Tais perspectivas vacilam facilmente entre as objetivações raciais, morais e cívicas, por tantas vezes bem elaboradas politicamente, se tornando até alheias a realidade da qual se fala e tão excludentes, racialmente, que não chegam nem se quer, a pensar o problema da falta de inserção social do negro e do pobre como uma questão a nível da nação, de políticas públicas que amenizassem tal situação, e quando o fazem é pensando em melhoras para os governantes, a exemplo dos voluntários da pátria, onde libertos, mendigos e pobres eram “forçados a serem voluntários” numa luta de mero interesse brasileiro, e nenhum da população.

Em suma, o que vimos decorrida a análise desses textos, é que, foi eleito um inimigo público geral, seja ele as moradias de péssimo saneamento, os desocupados e

desempregados, negros “viciosos e inferiores intelectualmente” porém pacíficos, a necessidade de uma raça forte e que bem representasse a nação em detrimento de quaisquer outras fora dos padrões europeizados. Porém, é de interesse que seja grifado o afastamento, entre o que se escreve e que é o legalmente aceito, e a situação na qual se encontravam os habitantes do Brasil.

Todo esse deslumbramento entre o mais correto moralmente e a utopia de uma nacionalidade forte, manchada pelo negro, acabou por dar brechas que até hoje estão indissociáveis em se pensando os problemas brasileiros, acabou por enraizar na cultura brasileira, a falácia de que são os pobres os povos perigosos e os negros os preguiçosos, essa constituição incompleta de uma nacionalidade, essa tentativa de forjar um conjunto harmonioso, acabou por deixar de lado a parte mais delicada da história brasileira, e por isso mesmo, marginalizá-lo.

#### **Referências bibliográficas:**

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. *Onda negra medo branco: o imaginário das elites século XIX*. 2ª Edição/ Célia Maria Marinho de Azevedo – Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987.

CHALHOUB, Sidney. *Cortiços*, In; *Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial*/ Sidney Chalhoub. – São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

FRAGA FILHO, Walter. *Sociedade economia e pobreza e O cotidiano dos mendigos* In: *Mendigos, Moleques e Vadios na Bahia do Século XIX*. São Paulo, HUCITEC; Salvador, EDUFBA, 1996.

GLADYS, Sabina Ribeiro. *A liberdade em construção: conflitos antilusitanos e conflitos raciais*. In: *A Liberdade em construção. Identidade nacional e conflitos antilusitanos no primeiro reinado*. Campinas, Ed. Relume Dumara, 2006.